

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2007 **(Do Sr. Vander Loubet)**

Requer a realização de Audiência Pública para debater as altas tarifas de energia elétrica na área de concessão da Enersul.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., nos termos regimentais, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de Audiência Pública, para debater as altas tarifas de energia elétrica e outros problemas que estão ocorrendo na área de concessão da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul.

Essa reunião deve contar com a presença do Diretor-Presidente da Enersul , do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, Ministro de Minas e Energia, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 23 de maio de 2007, foi criada a CPI da Enersul , presidente o Deputado Estadual Paulo Correia , pela Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio do Ato nº 05/07. A finalidade dessa CPI é investigar os motivos que fazem com que a tarifa de energia elétrica fornecida pela Enersul seja uma das mais altas do Brasil. Energia cara significa o comprometimento do desenvolvimento.

Em Audiência Pública, realizada no dia 22 de junho, na Câmara Municipal Nova Andradina, o produtor rural Guido Pelliciari afirmou aos membros dessa CPI que já protocolou oito denúncias na Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul e seis na Aneel contra a Enersul, mas nenhuma teve resultado. Segundo ele, são constantes os problemas na rede elétrica que causam queima de equipamentos, resultando em prejuízos que não são restituídos pela empresa.

Outro produtor rural que também demonstrou irritação com o atendimento da Enersul é Edgar Freire dos Santos. Segundo ele, “O valor recebido pelo leite, que é de R\$ 0,30 o litro, não dá para pagar a conta de energia”. Afirmou também que, quando há algum defeito na rede de energia, os produtores rurais precisam ligar ou ir até a Capital para conseguir fazer a reclamação.

O vereador João Lúcio Santolini questionou o método usado pela Enersul que exige que o consumidor pague pelo transformador e, logo em seguida, faça a doação do equipamento para a empresa. Pequeno produtor rural, Santolini disse que há dois anos pagava R\$80 por mês; agora, com a mesma produção e os mesmos equipamentos, tem que desembolsar cerca de R\$270 por mês, só com a energia elétrica.

Sobre as doações, um membro titular da CPI da Enersul lembrou que a Enersul pode estar recebendo essas doações, tanto de transformador quanto de rede elétrica, e depois apresentando-as como investimento para justificar os aumentos na tarifa.

O Vice-Prefeito Helder José Faria fez um comparativo entre os dias atuais e décadas atrás, lembrando que o preço da energia “era muito menor apesar de termos eletrodomésticos que consumiam talvez mais que o dobro de energia, mesmo contando com toda a tecnologia atual”.

Dada a grave situação nessa área de concessão e visto que cabe à União regular e fiscalizar os serviços públicos de energia elétrica, a Câmara dos Deputados, como legítima representante do povo brasileiro, não pode se furtar de participar na solução desses graves problemas.

Assim, proponho a realização de uma reunião de Audiência Pública com vistas ao encaminhamento da solução dos conflitos que estão ocorrendo na área de concessão da Enersul.

Sala da Comissão, em de de 2007.

VANDER LOUBET

Deputado Federal

PT/MS